

“ASSOCIATIVISMO, PROFISSÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS”
III SEMINÁRIO NACIONAL TRABALHO E GÊNERO

SESSÃO TEMÁTICA:
TRABALHO EM SERVIÇOS E ATIVIDADES ORIENTADAS POR GÊNERO

SERVIDÃO E SUBALTERNIDADE: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA
TRABALHADORA DOMÉSTICA

Neville Julio de Vilasboas e Santos

2010

SERVIDÃO E SUBALTERNIDADE: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA TRABALHADORA DOMÉSTICA

Neville Julio de Vilasboas e Santos

Palavras-chave: serviço doméstico, representações sociais, desigualdade

RESUMO

O serviço doméstico é histórica, social e culturalmente desvalorizado em nossa sociedade, e essa desvalorização se deve às características dessa relação de trabalho que a vinculam à escravidão, à servidão, à subalternidade. A configuração atual do mercado de trabalho, de um lado, e essa vinculação histórica à servidão, de outro, impedem a devida formalização da ocupação e a construção de uma identidade, por parte da trabalhadora doméstica, baseada na auto-estima positiva, no correto reconhecimento e na valorização da atividade profissional. O objetivo desta comunicação é problematizar a identidade ocupacional da trabalhadora doméstica na atualidade, aplicando um referencial teórico baseado nas teorias da identidade derivadas do interacionismo simbólico e dos estudos culturais na análise dos resultados de entrevistas feitas com algumas dessas trabalhadoras, no intuito de demonstrar que a vinculação de sua imagem à subalternidade e à servidão está ligada às características de gênero, classe e raça que historicamente marcam esta ocupação.

INTRODUÇÃO

Diante das transformações recentes no mercado de trabalho referentes à reestruturação produtiva, constata-se um amplo processo de precarização e informalização das condições e relações de trabalho, com crescimento do número de ocupados no setor de serviços, sobretudo os serviços pessoais. Esse processo coloca em questão vários pontos que merecem atenção: reprodução das desigualdades socio-econômicas, políticas e culturais que acompanham a história do Brasil, além da criação de novas estruturas desiguais em torno das novas atividades que surgem do processo recente; a relação dessa configuração atual do mercado de trabalho com o desenvolvimento de uma "sociedade da informação"; a relação do crescimento das atividades de serviço com a disseminação da ideologia e das práticas consumistas alinhadas à forma de atuação do capitalismo na atualidade; os níveis de educação, qualificação e formação profissional característicos dos ocupados no setor de serviços; as características de gênero, raça e classe das ocupações neste setor; a vinculação da noção de serviço à idéia de servidão e subalternidade.

A quantidade de pesquisas e trabalhos acadêmicos existentes em torno do setor de serviços não condizem com a grandiosidade do fenômeno na atualidade. Em parte, isso se deve à rapidez das transformações, e em parte se deve à pouca importância que a sociedade e até mesmo a academia conferem às atividades do setor de serviços, principalmente as de baixa qualificação e remuneração. Diante disso, se fazem necessárias pesquisas que, além de fornecer análises mais acuradas desse setor econômico, contribuam para a construção de dados e informações mais sólidas, estruturadas e confiáveis acerca desse fenômeno, já que a falta de dados claros constitui um dos maiores entraves para a compreensão desse ramo do trabalho.

O serviço doméstico remunerado, classificado aqui como ramo do setor de serviços – mais especificamente do conjunto dos serviços pessoais – é histórica, social e culturalmente desvalorizado em nossa sociedade, e essa desvalorização se deve, em grande parte, às características dessa relação de trabalho que a vinculam à escravidão, à servidão, à subalternidade. Essa carga cultural, somada à configuração atual do mercado de trabalho, impedem a devida formalização da ocupação e a construção de uma identidade, por parte da trabalhadora doméstica, baseada na auto-estima positiva, no correto reconhecimento e na valorização da atividade profissional.

O objetivo desta comunicação é problematizar a identidade ocupacional da trabalhadora doméstica remunerada na atualidade, aplicando um referencial teórico baseado nas teorias da identidade derivadas do interacionismo simbólico e dos estudos culturais na análise dos resultados de entrevistas feitas com algumas dessas trabalhadoras, no intuito de demonstrar que a vinculação de sua imagem à subalternidade e à servidão está ligada às características de gênero, classe e raça que historicamente marcam esta ocupação.

SERVIÇO DOMÉSTICO: UMA OCUPAÇÃO ORIENTADA POR GÊNERO

A feminização constitui uma forte característica do setor de serviços pessoais. No serviço doméstico ela chega a 93,7% (NUNES, 2009). Segundo a PNAD de 2008, o contingente de trabalhadores domésticos remunerados chegava a 6.626.000. A ocupação emprega 15,8% das mulheres que trabalham, perdendo apenas para o setor de serviços sociais (educação, saúde, etc), com 16,8%, e pelas áreas de comércio e reparação, com 16,2% (PED, 2010). No conjunto dos serviços pessoais, a feminização também é muito expressiva (81,6%).

Esses dados se invertem no caso de outros serviços pessoais, como em reparação e segurança e nos serviços culturais, recreativos e desportivos, onde a maioria é de homens.

O trabalho doméstico remunerado se destaca por suas características particulares: suas atividades se restringem ao âmbito da casa, em tarefas historicamente consideradas femininas, como lavar, passar, cozinhar e cuidar de crianças. Além disso, incluem-se no rol de serviços domésticos as atividades de vigia particular, motorista, jardineiro, cuidador de idosos, caseiro, funções menos representativas nessa ocupação. Trata-se de um trabalho oferecido a residências particulares sem fins lucrativos. Portanto, seu caráter privado e sua finalidade não-lucrativa terminam por ser a justificativa de a sua legislação ser diferenciada de todas as demais atividades profissionais, limitando os direitos trabalhistas da ocupação. Essa feminização do trabalho doméstico não implica a reconfiguração e redistribuição igualitária das tarefas domésticas entre os sexos, mas, ao contrário, reforça a divisão sexual do trabalho.

Em um contexto de reestruturação produtiva e mudança nos paradigmas tecnológicos e produtivos, se desfazem algumas barreiras tradicionais impostas à entrada das mulheres no mercado de trabalho e, especificamente, em certas ocupações e funções. Por outro lado, outras barreiras têm se reproduzido ou aumentado. As mulheres representam 42% da população economicamente ativa do Brasil, sua taxa média de participação é superior a 50% e seu nível de escolarização já ultrapassou o dos homens. Apesar disso, a taxa de desemprego das mulheres é sensivelmente mais alta que a dos homens e sua presença nos segmentos precários e informais do mercado de trabalho é maior (ABRAMO, 2007).

Nesse sentido, as mudanças não parecem ser rupturas, mas, como assevera Maruani (2003), figuram mais como um "deslocamento das fronteiras da desigualdade". A feminização do mercado de trabalho, portanto, é um fenômeno incompleto, ambíguo, às vezes bipolar (BRUSCHINI, 2000), que conduz pessoas com diferentes pontos de partida e diferentes trajetórias à diferentes inserções, que apenas mudam a cena sem mudar o cenário do mercado de trabalho. Abrem brechas decisivas, mas não definitivas, avança, mas também retrocede, já que as mudanças se dão sob o signo da desigualdade.

A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e o crescimento de sua escolaridade são duas faces de uma profunda transformação na história das mulheres, avançando em liberdade e autonomia em relação aos homens. Mas há também estagnações e recuos que se devem à subqualificação, ao subemprego, ao desemprego. As fronteiras da desigualdade se deslocam sem modificar a dominação do masculino sobre o feminino,

hierarquia que expressa a divisão sexual do trabalho. O problema, na sua raiz, não é apenas econômico, mas cultural: enquanto a conciliação entre vida profissional e vida familiar, trabalho assalariado e trabalho doméstico for pertinente exclusivamente para as mulheres, a base da divisão sexual não será ameaçada. Importante é, por conseguinte, desvendar os mecanismos pelos quais essa desigualdade se reproduz, investigando os fatores estruturais que determinam uma ordem de gênero que reza que o cuidado com o mundo privado da esfera doméstica é responsabilidade da mulher, ao mesmo tempo em que esse mundo é desvalorizado face ao mundo público, no qual a imagem da mulher é inferiorizada e estereotipada (ABRAMO, 2007).

A ordem de gênero orienta a construção de representações sociais que contribuem para a reprodução das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. A principal dessas imagens talvez seja a da mulher como “força de trabalho secundária” (ABRAMO, 2007). A noção de mulher como força de trabalho secundária deriva da idéia de que a sua entrada no mercado de trabalho é determinada exclusivamente pelo papel que ela desempenha na esfera doméstica. Esses papéis estão associados fundamentalmente às funções de cuidado a elas vinculadas pela ordem de gênero e pela divisão sexual do trabalho. Apesar de a noção da mulher como força de trabalho secundária se distanciar cada vez mais da realidade mostradas pelos dados, permanece essa representação. A permanência dessa representação se deve ao fato de que ela contribui para reproduzir a estrutura hierárquica entre homens e mulheres, que sustenta os padrões de discriminação e subordinação de gênero no mercado de trabalho (MARUANI, 2003; HIRATA, 2003; ABRAMO, 2007).

RAÇA E CLASSE NO SERVIÇO DOMÉSTICO

Na média nacional, as mulheres negras (pretas e pardas, e acordo com a classificação do IBGE) são a maioria entre as trabalhadoras domésticas e o peso dessa ocupação é maior entre elas: o percentual de trabalhadoras domésticas negras (59%) é superior ao percentual de mulheres negras no mercado de trabalho (48%) (BERNARDINO-COSTA, 2007). Daí a relevância da raça na análise da construção de identidades nas relações de serviço doméstico.

É difícil determinar exatamente a relação entre emprego doméstico e racismo na tradição brasileira. Os próprios pesquisadores têm dificuldades de captar dados em função do constrangimento que se cria quando se fala em racismo. Contudo, é possível afirmar que a

condição racial da trabalhadora é uma característica que atribui um peso à ocupação, impondo limites consideráveis à construção de uma personalidade autônoma.

O emprego doméstico revela algumas das características das relações raciais no Brasil, já que o estigma racial tem peso nessa relação. Cria-se, então, uma vinculação simbólica entre o emprego doméstico e os estigmas seculares da escravidão, como a associação entre a mulher negra e escrava, a ligação da imagem da empregada negra a certos estereótipos como o da *mammie*, a ligação da cor da pele à índole ou caráter, a exposição da empregada negra a insultos raciais cotidianos. No geral, os estigmas raciais são considerados sem muita importância ou considerados como decorrentes de outros problemas de classe ou de gênero. Os estigmas raciais possuem um significado fundamental: servem, em momentos de conflito, para reconduzir a trabalhadora a um local historicamente estabelecido. Os estigmas presentes nessa relação de trabalho revelam a naturalização da condição subalterna da mulher negra na sociedade brasileira e a falta de oportunidades imposta a esse grupo (BERNARDINO-COSTA, 2007).

A representação estatística das mulheres negras nessa ocupação varia de acordo com a região. Nas regiões Norte e Nordeste, ela é muito acentuada, chegando a quase 80%. Na região Centro-Oeste a média é um pouco maior que a média nacional, atingindo 65,6%. Na região Sudeste também há uma predominância de mulheres negras nessa ocupação, porém, já abaixo da média nacional (cerca de 55%). Na região Sul por sua vez, devido também à maior presença de brancos na população geral, 70% das trabalhadoras domésticas são brancas. A sobre-representação das mulheres negras fica ainda mais visível quando se considera o peso relativo da ocupação para cada grupo racial. A cada 100 mulheres ocupadas, como vimos, 14 são trabalhadoras domésticas. Entre as mulheres negras, essa proporção atinge 18 a cada 100, enquanto que entre as brancas não passa de 11 a cada 100. Ou seja, quase um quinto das mulheres negras ocupadas no mercado de trabalho estão no trabalho doméstico. A sobre-representação negra indica maior probabilidade das mulheres negras se inserirem no trabalho doméstico, o que torna o componente racial um elemento relevante para analisar o emprego doméstico no Brasil (BERNARDINO-COSTA, 2007).

Quanto à escolaridade, mais de 50% das trabalhadoras domésticas tem menos de 8 anos de estudos: 8,2% são analfabetas e 43,3% têm somente o ensino primário incompleto. Percebe-se que, entre as trabalhadoras analfabetas, com o ensino primário incompleto e o médio incompleto, as trabalhadoras negras estão mais presentes. Constata-se também que o

nível de formalização da relação de trabalho mediante a carteira assinada, assim como a contribuição ao INSS é baixo entre as trabalhadoras domésticas, em torno de ¼ para os dois quesitos, com pequenas variações regionais. A jornada de trabalho, em média, supera as 44 horas semanais previstas para os demais trabalhadores. Entre as trabalhadoras que excedem as 44 horas semanais, percebe-se que as negras estão ligeiramente mais presentes.

Além de constituir a categoria profissional menos escolarizada, tem o menor rendimento do mercado de trabalho: 70,3% ganha até um salário mínimo (NUNES, 2009, MORAIS, 2006). Todas essas características colocam a trabalhadora doméstica na base da pirâmide social, limitando suas possibilidades de ascensão social e tornando-a vulnerável à discriminação de classe.

TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS NO SERVIÇO DOMÉSTICO NO BRASIL

Ao longo do século XX, o trabalho doméstico se aproximou gradativamente do emprego de serviço do trabalho assalariado. De um “estado de serviço” passou-se paulatinamente para um “emprego de serviço”, uma profissão definida. O objetivo desse movimento foi efetivamente “suprimir a contradição entre a antiga noção de serviço (vinculada à escravidão) e a democracia, entre uma situação de dependência extra-econômica e a autonomia social do trabalhador cidadão” (FRAISSE, 2003, p. 180).

A confusão entre trabalho doméstico e emprego doméstico ainda é frequente. O serviço é uma obrigação com o outro, uma maneira de fazer e uma decisão pessoal ou uma função de utilidade comum. Tanto no nível individual quanto no nível coletivo, o serviço é sempre uma relação, uma relação entre pessoas. O trabalho, por sua vez, pode se dar isoladamente, como no caso do trabalho invisível da dona-de-casa. Pode-se argumentar que também o trabalho doméstico da dona-de-casa é feito para “servir o outro”, mas esse outro é familiar, a proximidade entre quem serve e quem deriva da afetividade e do parentesco (FRAISSE, 2003).

Na virada dos anos 2000, quando o serviço doméstico dava sinais de retração, chegando a motivar opiniões de que estava em vias de desaparecer, tornou-se um ofício promissor para as mulheres. Aí, nesse momento, o emprego de serviço já não é mais um

resíduo das sociedades hierárquicas feudais, ou uma situação marginal e arcaica no mundo industrial. Não pode mais ser visto como um ofício encoberto pela vergonha do anacronismo. Ele está no centro de uma redefinição do trabalho assalariado em seu conjunto. O “emprego de proximidade”, como também é chamado, disputa com o trabalho operário a atenção dos debates atuais sobre os ofícios. Distante da representação simplista e tradicional, o serviço doméstico aparece hoje, no bojo da evolução econômica e social, como uma necessidade pública e privada.

“Paliativo das carências do Estado, remédio para a desestruturação familiar, expressão das novas relações entre homens e mulheres, o emprego familiar designa o espaço de mutação da organização do trabalho entre gratuidade e remuneração, intimidade e publicidade, emancipação das mulheres e tradição da função feminina” [...] A reflexão sobre a crise atual do emprego passa, portanto, por essa nova situação. A meu ver, em torno de três eixos: a avaliação econômica de um trabalho que sempre foi, simultaneamente, assalariado e não assalariado; a reestruturação da relação entre o privado e o público, relação, evidentemente, mais do que separação; a moderníssima questão da igualdade entre os sexos, sempre muito presente quando se fala de trabalho doméstico. [...] O emprego doméstico não é mais um resíduo do passado, mas um tema revelador dessa necessidade de pensar sobre a articulação, bem mais que a separação, entre os espaços familiares e profissionais (FRAISSE, 2003, p. 181).

Como mostra Nunes (2009), o trabalho no setor de serviços não foi suficientemente estudado nem pela economia nem pela análise sociológica do trabalho, apesar de constituir dois terços do emprego urbano metropolitano e ser responsável por mais da metade do PIB. O processo de formação da mão-de-obra no Brasil, desde o período colonial, carrega uma desvalorização simbólica do trabalho serviçal, principalmente nas atividades que impõem contatos face-a-face. Dessa forma, o enfoque dos serviços pessoais exige uma análise da cultura do trabalho no contexto atual, denominado por Bell (1977) de pós-industrial, no qual a demanda por serviços se sobressai à demanda por bens e na qual a produção busca atender uma diversidade cada vez maior de interesses individualizados, vinculados a um emaranhado de identidades sociais em processo de formação ou transformação. O trabalho nessas atividades está sujeito à perda ou degradação da identidade profissional, diante da revolução tecnológica, que permite hoje o acesso a diversos bens e serviços na forma do auto-atendimento. Por outro lado, cresce uma cultura do consumo que não abre mão de serviços pessoais não-especializados, cuja característica principal é a invisibilidade que decorre da sua imaterialidade, como é o caso do serviço doméstico (NUNES, 2009).

Nessas interações de serviços, há sempre uma negociação de identidade entre empregador, trabalhador e consumidor, que depende das motivações e interesses de cada um e

do equilíbrio ou desequilíbrio em determinado contexto. Numa era em que se destacam os processos de informalização e precarização das relações de trabalho, o serviço doméstico se encontra numa posição contraditória: de um lado, contrariando a tese de que ele tenderia ao desaparecimento face ao desenvolvimento de novas tecnologias domésticas, encontra um novo impulso para o crescimento em um ambiente de agudo crescimento do setor de serviços e da valorização do acesso aos serviços face ao acesso aos bens de consumo; de outro lado, os serviços que tem sido mais valorizados em termos de rendimentos e reconhecimento são aqueles ligados à formação técnica e profissional que envolvem informação e tecnologia. A ausência de formação técnica ou profissional é justamente uma das principais características do serviço doméstico que, além de tudo, tenta – ainda que de forma frágil devido à sua baixa sindicalização – lutar por maior regulamentação dos direitos trabalhistas em um ambiente de crescente flexibilidade, informalidade e precariedade do trabalho. O serviço doméstico, portanto, nada contra a maré.

O crescimento das atividades terciárias se dá de forma multifacetada. A demanda por serviços domésticos, apesar das novas tecnologias domésticas, se mantém firme em função da permanência da divisão sexual do trabalho e a concomitante inserção massiva da mulher no mercado de trabalho, que onera as mulheres com o cuidado com a casa e com os filhos e as faz delegar cada vez mais o trabalho doméstico à outra mulher. Mesmo crescendo a demanda por serviços pessoais de baixa qualificação, a valorização dessas atividades continua muito baixa: por um lado, isto se deve ao lugar que a mão-de-obra pouco qualificada culturalmente ocupa na estrutura de status social no Brasil, desde o período colonial, com claras características de raça, gênero e classe; por outro lado, a oferta desses serviços permanece alta e as tecnologias domésticas se tornam cada vez mais acessíveis a uma grande parcela da população, o que diminui os custos da utilização dos serviços pessoais como, por exemplo, o serviço doméstico (NUNES, 2010; KON, 1999). Além disso, a desvalorização e a baixa remuneração pelos serviços domésticos advêm da dificuldade de mensurar o valor do trabalho, já que seu produto é quase sempre intangível e seu empregador é também o consumidor direto.

A constituição da identidade ocupacional e sua relação com outras formas identitárias é mais complexa no setor de serviços: envolve a intersubjetividade, a interação, a comunicação, ancorando no plano do discurso suas características. Além disso, no caso dos serviços pessoais, há uma concepção histórica e culturalmente negativa das interações no

trabalho, associadas a relações servis e subalternas. "Servir" ainda remete à servidão típica da relação entre escravo e senhor (NUNES, 2009; MORAIS, 2006).

Devido a sua heterogeneidade, várias classificações já foram construídas em torno do setor de serviços. A mais utilizada atualmente é aquela elaborada por Browning e Singelmann (1978), que divide o setor de serviços em: produtivos (serviços bancários, financeiros, seguros, imobiliários, de arquitetura e engenharia, auditoria, contabilidade, etc.), distributivos (comércio por atacado e varejo, transporte, armazenamento, comunicações), sociais (saúde, educação, serviços religiosos, postais, outros serviços governamentais), pessoais (domésticos, reparação, higiene e beleza, hospedagem e alimentação, diversões, etc.).

O trabalho doméstico, ramo profissional com o maior nível de informalidade no mercado de trabalho brasileiro, compõe mais da metade dos ocupados nos serviços pessoais. O trabalho em serviços de baixa qualificação, principalmente nos serviços pessoais que dependem da interação entre empregador e empregado ou empregado e consumidor, conserva, sob diversas e complexas formas simbólicas, o estigma da servidão. Gofmann (2005) chega a considerar o trabalhador doméstico como "tipo clássico de não-pessoa em nossa sociedade", às quais só se dirige a palavra em ocasiões de pedidos ou ordens a serem executadas e cuja presença na linha de frente, e não nos bastidores, incomoda. Os atributos de invisibilidade e intangibilidade consolidam a representação social do trabalho em serviços como um trabalho subalterno e conduzem à configuração de uma identidade carente de reconhecimento e auto-estima, uma identidade negativa .

Sobretudo no trabalho doméstico, realizado quase sempre de maneira isolada no interior da casa do empregador, facilita situações de desrespeito típicas de relações servis e dificulta o reconhecimento intersubjetivo e a construção de ações coletivas suficientemente fortes para construir novas identidades e organizar movimentos sociais por reconhecimento (HONNETH, 2003). No caso dos serviços subalternos, a efetivação de uma consciência emancipadora por parte dos subordinados encontra obstáculos culturais e políticos (NUNES, 2009). É preciso indagar em que medida a crise das identidades no contexto de reestruturação produtiva influenciou e influencia as formas de execução do trabalho doméstico, já que ele está presente na história nacional desde o princípio do período colonial brasileiro.

INTERAÇÃO E IDENTIDADE NO SERVIÇO DOMÉSTICO

Conforme a definição de Fraisse (2003), a noção de serviço é indissociável da noção de “relação social”. Ela implica uma obrigação mútua entre quem emprega e quem é empregado. A relevância de focalizar as interações e identidades em torno do trabalho em serviços domésticos deriva do fato de que esse ramo das atividades se caracteriza por maior contato direto entre empregado e empregador. Esse contato é, mais do que uma simples característica, um componente essencial para essas ocupações. É na interação direta que a produção e, por vezes, o próprio consumo, são efetuados. Isto difere os serviços pessoais de demais serviços informacionais e comunicacionais que não exigem o contato face-a-face, ou nem mesmo o contato indireto. Em interação direta, os trabalhadores não colocam à disposição apenas sua força de trabalho, mas colocam também em jogo o que são, quem são e como são. Ou seja, expõem suas características físicas e psicológicas na relação de trabalho e prestação de serviço. Daí a importância da análise da construção de identidades desses trabalhadores, que estão, mais que os outros, diante de avaliações sistemáticas de seus comportamentos, atitudes, aparências, disposições. A interação no trabalho se torna, para o trabalhador, momento de imposição, negociação, afirmação e mudança de sua identidade pessoal e coletiva.

Metodologia da Pesquisa

Este trabalho utiliza a metodologia qualitativa de análise, privilegiando o discurso como fonte de significação e constituição dos próprios sujeitos sociais. Segundo Foucault (1996), um sujeito social se constitui por meio do discurso, entendido aqui como uma construção simbólica, uma representação do mundo social imposta por um indivíduo ou grupo na relação com outros dentro de um contexto de significação. Nessa abordagem, discurso e sujeito se constroem simultânea e mutuamente, tendo em vista que todo sujeito produz um discurso a partir de um lugar de poder na sociedade.

Este artigo se concentra em 7 entrevistas realizadas com trabalhadoras domésticas na cidade de Goiânia durante o ano de 2009, utilizando um roteiro semi-estruturado. O roteiro de entrevistas buscou captar, nas falas das entrevistadas, os significados discursivos das experiências de vida em torno do trabalho doméstico. Utilizou-se, na seleção das entrevistadas, a técnica de amostragem teórica (FLICK, 2004), visando a seleção de casos de acordo com critérios concretos de relevância que digam respeito ao seu conteúdo, e não critérios metodológicos abstratos. Vejamos o perfil das entrevistadas:

Perfil individual das trabalhadoras domésticas entrevistadas							
Nome fictício	Idade	Cor/raça ¹	Escolaridade	Rendimento mensal (R\$)	Possui carteira assinada	Número de filhos	Possui cônjuge / companheiro
Fátima	31	Parda	Fundamental incompleto	427,00	Sim	2	sim
Ivanete	29	Preta	Fundamental incompleto	450,00	Não	2	sim
Jurema	42	Parda	Fundamental	500,00	Não	3	Não
Marina	28	Parda	Ensino médio	625,00	Sim	3	Não
Marilda	44	Branca	Fundamental	510,00	Sim	2	Sim
Rosa	31	Parda	Ensino médio	450,00	Não	1	Sim
Rosenilde	35	Parda	Fundamental incompleto	480,00	Sim	2	Sim

No quadro acima podemos perceber que as trabalhadoras domésticas entrevistadas têm entre 28 e 44 anos, são predominantemente pardas e a maioria delas não ultrapassou o ensino fundamental. O salário gira em torno de um salário mínimo, ficando abaixo dele na maioria dos casos, o que demonstra que mesmo os direitos que as trabalhadoras domésticas já conquistaram ainda continuam sendo desrespeitados. Isso é igualmente perceptível quando se considera a formalização do serviço doméstico. Na presente pesquisa, o número de relações formais ainda ficou acima da média nacional, que é de 27% (IBGE-PNAD, 2008). A maioria das trabalhadoras domésticas é casada ou vive com um companheiro. Todas elas têm filhos, em média dois, sendo que as que têm mais filhos (três) vivem sozinhas com eles após ter se separado do marido ou companheiro.

Marco Teórico

Segundo Goffman (1998), os indivíduos frequentemente tentam regular a conduta dos outros, principalmente para regular a maneira como o tratam e para saber qual a melhor maneira de agir para obter a resposta desejada. A interação face-a-face pode ser definida, em linhas gerais, como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata. As impressões resultantes desse contato são

¹ Classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

inconscientemente transformadas em expectativas normativas, que são colocadas à prova em situações cotidianas não premeditadas ou planejadas.

Assim, os indivíduos demandam uns dos outros determinado tipo de comportamento e imputam uns aos outros uma imagem, que pode ser chamada de “identidade social virtual”. Os atributos que a pessoa demonstra ter na realidade podem ser chamados de “identidade social real”. Se houver uma discrepância conhecida ou manifesta entre a identidade social virtual e a identidade social real, a identidade é questionada e desestabilizada, abrindo margem tanto para a mudança nas relações sociais quanto para a reprodução de uma ordem desigual. O que interessa nessa abordagem, segundo Goffman (1988) não é uma linguagem de atributos, mas uma linguagem de relações. Um atributo que estigmatiza alguém em uma relação pode confirmar a normalidade ou mesmo a “superioridade” de outrem em uma relação diferente.

As identidades social e pessoal são parte, antes de mais nada, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão. Por outro lado, a identidade do eu é, sobretudo, uma questão subjetiva e reflexiva que deve necessariamente ser experimentada individualmente. É claro que o indivíduo constrói a imagem que tem de si próprio a partir do mesmo material do qual as outras pessoas já construíram a sua identificação pessoal e social, mas ele tem uma considerável liberdade em relação àquilo que elabora (GOFFMAN, 1998). A identidade, dessa forma, é construída na relação, na interação, na combinação entre o que o autor distingue como identidade social, identidade pessoal e identidade do Eu.

Strauss (1999) teoriza o processo de formação da identidade enfatizando a socialização na vida adulta, revisando e complementando a teoria freudiana da socialização. Rejeita uma visão estática da identidade, estabelecendo relações relevantes entre biografias e processos sociais. Confere importância à análise das carreiras e ocupações na busca pelas formas de socialização e transformação da identidade. Elabora uma noção de identidade dinâmica associada ao desempenho de diferentes papéis. Para Strauss (1999), qualquer discussão acerca da identidade deve passar pela linguagem. A nomeação, enquanto ato de classificação e avaliação do mundo, está no cerne do processo de construção de identidades, tanto para os outros quanto para si mesmo.

Dubar (2005) elabora uma concepção de identidade em consonância com a postura relacional e com a perspectiva interacionista privilegiada até aqui. Segundo ele, pode-se

definir identidade social como a dupla articulação problemática de uma orientação estratégica e de uma posição relacional, resultado da interação entre uma trajetória social e um sistema de ação. Nessa perspectiva, não existe uma concordância contínua entre a identidade para si e a identidade para o outro. Desse ponto de vista, a identidade nada mais é que “o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições” (DUBAR, 2005. p. 136).

Para este autor, a identidade guarda relações cada vez mais diretas com a esfera do trabalho. Segundo seu argumento, as esferas do trabalho e emprego, e também da formação, constituem áreas pertinentes das identificações sociais dos próprios indivíduos. O emprego, portanto, é cada vez mais importante para as identidades sociais, embora se deva evitar o risco de reduzir as identidades sociais a *status* de emprego e a níveis de formação. Mas, sem dúvida, dentre os acontecimentos mais importantes para a construção da identidade, estão a saída do sistema escolar e o ingresso no mercado de trabalho.

A identidade relacionada ao trabalho não se reduz a uma identidade no trabalho ou a uma trajetória de emprego, mas constitui uma “identidade ocupacional”, que designa a identificação a toda uma carreira, a implicação em um tipo de atividade e a experiência da estratificação social, das discriminações étnicas e sexuais, das desigualdades de acesso às diferentes carreiras profissionais. Não se trata apenas da escolha de uma profissão ou obtenção de um diploma, mas de construção pessoal de uma estratégia identitária que mobilize a imagem de si, a avaliação de suas capacidades e a realização de seus desejos. A identidade profissional remete à maneira como os indivíduos se identificam com os pares, com os chefes e com os outros grupos. Essa definição ancora a identidade na experiência relacional do poder e, portanto, faz das relações de trabalho o lugar em que se experimenta o enfrentamento dos desejos de reconhecimento em um contexto de acesso desigual, movido e complexo (DUBAR, 2005). Nessa abordagem, portanto, a reprodução social aparece como um resultado entre outros, e não como uma determinação mecânica (Berger & Luckmann, 2003).

Há que se considerar também que a identidade constitui uma relação social, o que significa que sua definição discursiva e lingüística está sujeita a relações de poder. Ambas são não somente definidas, mas impostas e disputadas. A disputa pela identidade envolve a disputa por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A identidade e a diferença

estão estreitamente ligadas às formas de classificação social. Se as relações sociais envolvem poder, então dividir e classificar também significa hierarquizar (SILVA, 2007).

A perspectiva dos estudos culturais acrescenta à análise interacionista a atenção especial ao poder e ao fato de que a identidade é um significado culturalmente atribuído. A teoria da cultura expressa essa idéia por meio do conceito de representação. Identidade e diferença estão estreitamente associadas aos sistemas de representação. Representação aqui é entendida como um sistema de significação social. De acordo com Hall (2007), a identidade, elemento central para a compreensão da agência e da política, é a relação entre sujeitos e práticas discursivas. Essa abordagem discursiva da identificação vê a identidade como uma construção, um processo nunca completado ou determinado. “A identificação é, pois, um processo de articulação, uma “suturação” que envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”.

As identidades nunca são unificadas, mas cada vez mais fragmentadas, não são nunca singulares, mas múltiplas, construídas ao longo do discurso, de práticas ou posições que podem inclusive ser antagônicas. As identidades indicam não aquilo que nós somos, mas aquilo no qual nós nos tornamos, como somos representados e como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios.

A cultura molda as identidades ao dar sentido à experiência e ao tornar possível o desenvolvimento de subjetividades diferentes. A identidade, desse ponto de vista, é a intersecção da vida cotidiana com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação (WOODWARD, 2007). O imperativo para o momento não é compartimentalizar opressões, mas formular estratégias para enfrentar todas elas na base de um entendimento de como se interconectam e se articulam (BRAH, 1996).

Resultados e discussão

Uma das primeira perguntas da entrevista realizada com as trabalhadoras se referia sobre sua trajetória de vida, em especial sua trajetória no trabalho doméstico. Tal trajetória revela muito sobre a identidade dessas mulheres a partir de um ponto de vista diacrônico.

Trabalhei em loja também, antes de trabalhar em casa de família, mas ganhava muito pouco. Só que trabalhava demais, das sete da manhã às nove da noite. Aí eu fui trabalhar de doméstica e estou fazendo uns cursos de informática, porque eu não pretendo ficar nas casas dos outros pro resto da vida. Mas como doméstica meu salário passou a ser muito maior do que na loja, e o horário ficou mais tranquilo, não

trabalho feriado. Trabalho só de segunda a sexta, entro às 10h, saio às 18h. E nas lojas não, trabalhava todo dia e ainda um domingo sim, um domingo não. E ganhava muito pouco. Assim, não vou dizer que eu gosto, porque a gente não gosta de fazer serviço doméstico, né. Mas é um serviço que ganha mais, pelo menos pra mim que não tenho uma profissão, um currículo, um diploma pra entrar no mercado de trabalho (MARINA, trabalhadora doméstica, 28 anos, parda).

Na fala dessa entrevistada é possível identificar a opção voluntária pelo trabalho doméstico – ainda que seu universo de escolha seja muito limitado. Essa escolha, mesmo se baseando na maior remuneração e na redução da carga horária com relação ao trabalho anterior, não implicou satisfação, nem realização, mas evidenciou que mesmo tendo optado pelo trabalho doméstico em detrimento de opções inferiores em remuneração, a representação dessa ocupação continuou negativa, o que ficou explícito na afirmação de que se ganha mais do que uma vendedora, porém é uma ocupação ruim, socialmente desvalorizada. Em outra fala, uma trabalhadora evidencia, ao contrário, a falta de escolha.

Ah, primeiro, porque quase não tem opção. Eu estudei pouco. Eu parei meus estudos, não cheguei a fazer um curso pra me especializar noutra área, né. E hoje sem estudo você não faz nada. Até em anúncio pedindo diarista eles estão pedindo oitava série, primeiro ano. Então, foi mais por falta de opção. Não tinha estudo pra entrar noutra área, então, vai “doméstica mesmo”, né. É o que a gente sabe fazer mesmo, no dia-a-dia (FÁTIMA, trabalhadora doméstica, 31 anos, parda).

Um elemento fundamental que apareceu em quase todas as entrevistas foi o fato de que todas as trabalhadoras afirmaram ter entrado no serviço doméstico por falta de opção. Devido às condições econômicas desfavoráveis nas quais todas as entrevistadas cresceram, a inserção no mercado de trabalho se fez urgência em uma fase muito precoce da vida. A falta de recursos e, conseqüentemente, de expectativas em relação ao futuro, as conduziram ao trabalho doméstico, já que consideram um emprego “fácil de se arrumar”, com longas jornadas porém flexível, que remunera mal mas se apresenta como a única alternativa, já que sua única exigência é a habilidade com as tarefas da casa, capacidades consideradas tradicionalmente femininas. O serviço doméstico, portanto, aparece na fala das trabalhadoras como um destino quase inevitável para mulheres pobres e com pouca escolarização. Em um contexto de crescente complexificação social e aumento das possibilidades de identificação, essa restrição à escolha de um destino profissional emerge como a primeira barreira para a construção de uma identidade pessoal e profissional favorável. Verifica-se, nesse ponto, a força dos mecanismos de reprodução das desigualdades.

A identidade, com afirmou Strauss (1999), passa pelo ato de nomeação, enquanto ato classificador das relações sociais e dos próprios indivíduos. Bernardino-Costa (2007) evidenciou, a partir do estudo da luta dos Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas do Brasil,

que o termo “empregada” é carregado de um sentido pejorativo que remete à noção de serviço doméstico enquanto servidão. Nesse sentido, as trabalhadoras sindicalizadas defendem a utilização do termo “trabalhadora doméstica” para contrabalançar tal desvalorização. Quando indagadas sobre isso, as entrevistadas emitiram opiniões diferenciadas.

Eu preferiria ser chamada de secretária né. Porque o pessoal tem muito preconceito. Eu mesmo tenho. Eu gostaria de trabalhar de outra coisa. Mas, como eu não tive oportunidade de ter uma formação e trabalhar em outra coisa, trabalho de doméstica. Mas até a palavra é feia, não é? “Doméstica” (MARINA, trabalhadora doméstica, 28 anos, parda).

Minha patroa não fala “empregada”, ela fala “minha ajudante”. Eu acho “empregada” uma palavra muito...desconfortável. Dá pra gente usar outro termo, né? Secretária do lar, uma coisa assim, sei lá... igual ela fala, minha ajudante (ROSENILDE, trabalhadora doméstica, 35 anos, parda).

Eu acho que doméstica, secretária, não faz diferença não. Porque quem vem aqui, sabe que eu sou empregada mesmo, que eu trabalho como doméstica, então, eu não faço muita questão assim não, não vejo muita diferença não (FÁTIMA, trabalhadora doméstica, 31 anos, parda).

Eu não vou mentir, eu fico com vergonha de falar que eu trabalho no serviço doméstico. Às vezes eu não falo, às vezes alguém pergunta e eu falo que eu trabalho em outra coisa. As pessoas têm muito preconceito, quando sabem do nosso serviço tratam a gente diferente. Não sei explicar, só sei que eu me sinto assim. Tem gente que não se importa, mas tem gente que se importa. Principalmente pra homem, né. Às vezes você tá interessada em uma pessoa, aí ela pergunta o que você faz, se você fala que é doméstica às vezes a pessoa fica meio assim, né...Eu acho que os homens têm vergonha de se relacionar com pessoas que trabalham em casa de família (MARINA, trabalhadora doméstica, 28 anos, parda).

De fato, para a maioria das entrevistadas o termo “empregada” soa pejorativo, e é por elas evitado na medida que contribui para rebaixar a categoria profissional e reforçar o preconceito, o que impacta na construção de identidades profissionais e pessoais negativas, marcadas pela baixa auto-estima. A vergonha de ser doméstica ficou clara em apenas uma das falas, mas esteve presente implicitamente em várias entrevistas. Ter vergonha do que faz na esfera do trabalho implica inevitavelmente na consideração negativa de si, na auto-negação, na fuga das relações sociais de proximidade, afetividade e intimidade, enfim, tem consequências na vida pública e privada da trabalhadora doméstica, além de impactos na saúde psicológica em função das fracas relações afetivas, como fica evidenciado na última fala. Apenas uma das entrevistadas creditou o valor negativo do trabalho doméstico à atividade em si e não ao ato de nomeação, o que também faz sentido se pensarmos que a nomeação é apenas um dos aspectos da construção da realidade e da conformação de identidades sociais e ocupacionais.

Com relação à discriminação racial, como já foi dito, prevalece no Brasil um constrangimento social quando se tematiza publicamente a questão das diferenças raciais. Foi possível constatar isso nas entrevistas. Contudo, apesar de ninguém ter se reconhecido como vítima do preconceito de cor na relação de serviço doméstico, várias delas apontaram que a discriminação racial está fortemente presente no serviço doméstico e tem peso significativo na construção ou deterioração das identidades sociais e profissionais, reafirmando a distância social entre negros e brancos:

Porque você sabe que tem discriminação, por ser empregada, por causa da cor...Já sofri discriminação, de chegar em um restaurante procurando emprego e dizer que a vaga já tinha sido preenchida, sendo que eu sabia que não tinha sido. Em casa de família nunca aconteceu isso. Até que eu tive sorte. Fui discriminada quando eu tentei arrumar outro tipo de emprego, das pessoas me olharem de cima até em baixo, essas coisas...As pessoas preferem pessoas loiras para trabalhar nesses lugares (ROSENILDE, trabalhadora doméstica, 35 anos, parda).

Só porque a pessoa é preta já discrimina. Cor da pele não tem nada a ver, todo mundo é igual. Eu sempre ensino minhas crianças. Tem muita gente que não contrata a pessoa pra trabalhar de doméstica porque é negra. Tem muita gente que não quer. Principalmente os mais ricos. Parece que eles têm nojo (MARINA, trabalhadora doméstica, 28 anos, parda).

Acho que a cor das pessoas ainda faz diferença. Muitas pessoas recriminam, por exemplo, empregada doméstica negra. Ficam se perguntando “será que vai dar certo?”. Aí a pessoa tem que mostrar serviço, mostrar que é boa para trabalhar, senão não consegue ficar. Eu nunca conheci nenhum caso de preconceito aberto. Mas inventam umas desculpas que você vê que é só preconceito. Mas eu pessoalmente nunca tive problema com isso (ROSA, trabalhadora doméstica, 31 anos, parda).

As diferenças de classe no trabalho doméstico tendem a ser vistas pelas trabalhadoras como algo natural, inevitável e, por isso, sem importância primordial. Isso fica claro nessa fala que naturaliza as diferenças de valor das diferentes atividades e de seus agentes no mercado de trabalho. Isto se deve à noção de que a escassez de oportunidades sempre existiu e continuará existindo, e que o que resta a fazer é se conformar com a estrutura desigual da sociedade. Isso mostra o quanto é marcante a internalização dos mecanismos que reproduzem a desigualdade por parte daqueles que são prejudicados por eles. Por outro lado, percebe-se também a consideração de que a desvalorização cultural de uma atividade profissional não apaga sua importância social.

Em todas as áreas, sempre vai ter alguém pra fazer o trabalho mais baixo. Se eu estou aqui limpando a casa da [patroa] e estou me sentindo bem, para mim é a mesma coisa de estar limpando o centro administrativo. Você está ali para manter limpo. Uma pessoa que é estudada não tem tempo de trabalhar e cuidar da casa ao mesmo tempo. Enquanto tiverem as classes mais altas, vai existir a classe mais baixa. Em qualquer lugar a limpeza é importante. Não acho que um professor seja

melhor do que eu. Como eu, ele está ali para fazer o trabalho dele e eu estou aqui fazendo o meu. Se não tivesse ninguém para limpar, como ia ficar uma sala de aula? (ROSA, trabalhadora doméstica, 31 anos, parda).

A identidade da trabalhadora doméstica é sempre definida na relação com o empregador, quase sempre a patroa, que em geral estabelece interação mais direta com ela. Nesse ponto, as considerações negativas sobre a natureza do trabalho e sua desvalorização marcam presença, porém a identificação positiva pode ocorrer com referência aos atributos pessoais da patroa, como generosidade, humildade, amizade. Assim, a remuneração e o vínculo formal de trabalho parecem não ser, em vários casos, mais importante do que a “boa relação” entre trabalhadora doméstica e patroa.

Pra falar a verdade, eu trabalho porque tem que trabalhar, porque não tem opção, mas eu não acho bom trabalhar assim de doméstica não. Se eu pudesse escolher, ao invés de estar trabalhando, eu preferia estar na minha casa, cuidando das minhas filhas. Mas, quando você encontra pessoas boas, como eles [patrão e patroa], aí não tem do que reclamar. Mas, eu faço o possível, né. Tem que gostar do trabalho. Tem dia que você tá estressada. Tem dia que você recebe um elogio, tem que dia que você recebe uma crítica, e assim vai (FÁTIMA, trabalhadora doméstica, 31 anos, parda).

Apesar da desvalorização social, uma das entrevistadas disse gostar do trabalho doméstico, mesmo sendo uma atividade maçante e pesada. Atribui essa opinião ao seu gosto pela organização. Não obstante a isso, demonstra a vontade de um dia trabalhar por conta própria, sem patrão, sem subordinação, sem qualquer resquício de servidão, o que parece ser o desejo de mais da metade das entrevistadas. Portanto, o gosto pelo serviço é limitado a um determinado contexto de falta de outras oportunidades.

Por mais que aqui esteja bom, eu ainda acho um serviço pesado. Mas, se eu gosto do trabalho? Gosto, e o pior é que eu gosto! Não sei porque... Eu gosto do que eu faço, gosto de limpar casa, gosto de lavar roupa. Minha casa é arrumadinha, eu chego e já vou limpando tudo. Eu gosto do que eu faço. Mas, eu penso em ter meu negócio próprio e não precisar mais trabalhar em casa de família, por causa do preconceito que eu te falei (ROSENILDE, trabalhadora doméstica, 35 anos, parda).

É evidente em algumas falas a luta por uma identificação positiva em torno do serviço doméstico, como essa que segue, que considera a importância do sentido do serviço doméstico em face de outros serviços menos desvalorizados. Nessa fala também evidencia-se a importância das considerações das outras pessoas – como um espelho – para a constituição da identidade pessoal e profissional.

A maioria pega no meu pé. “Você é jovem, bonita, vai procurar outra coisa, caça um ramo melhor, larga isso aí”. Às vezes eu penso nisso. Mas o meu objetivo sempre foi casar, ter filhos, ter minha família e estudar. Porque ou você estuda ou cuida da família. Eu não dou conta de fazer os dois juntos.[...] Eu não trocava um emprego de doméstica por um de secretária. De maneira alguma. Desde que você ganhe seu

salário dignamente, goste do que você faz, vai em frente. Eu não olho uniforme, eu olho o trabalhador, seja no que for. Eu acho legal ser doméstica. As pessoas falam “larga de cozinhar para os outros, larga de lavar banheiro, e não sei mais o que”. Mas não é isso que eu quero pra mim nesse momento. Estudar, pegar um serviço aí e depois ficar me matando, chegar e ainda ter que cuidar de casa, ficar brigando com o marido, com os filhos, eu não (ROSA, trabalhadora doméstica, 31 anos, parda).

Quando indagadas sobre os motivos que levam à divisão sexual machista do trabalho doméstico, as entrevistadas vinculam o preconceito às representações da masculinidade, por um lado, e à “natureza”, por outro. Para várias das trabalhadoras domésticas, é inconcebível um homem executar o serviço doméstico com a mesma destreza e habilidade de uma mulher. A execução do serviço doméstico seria, assim, uma inclinação feminina naturalmente estabelecida e confirmada desde a socialização mais precoce.

Eu acho que os homens tem muito preconceito contra esse serviço. Eu acho que eles pensam que se fizer alguma coisa em casa deixa de ser homem. Mexe com a masculinidade deles. Ainda mais se alguém de fora vê. Aí eles acham que eles vão deixar de ser homens. (MARINA, trabalhadora doméstica, 44 anos, parda).

O trabalho doméstico é feito pelas mulheres porque o homem não tem muita vocação pra essas coisas, pra casa, pra cuidar de detalhes. Mulher já nasce pra ser dona-de-casa, esposa, mãe. Já o homem não, é o provedor, sai pra rua, então esse papel não combina com ele, não é natural. O homem pode até ser um bom profissional na cozinha, mas não é muito a dele. Essa coisa de cuidar de várias tarefas ao mesmo tempo, limpar a casa, fazer comida, cuidar de criança, é mais da mulher mesmo. Então, é uma coisa natural da mulher (MARILDA, trabalhadora doméstica, 44 anos, branca).

Eu acho que serviço de doméstica é coisa de mulher mesmo. Eu acho isso. Não, eu tenho certeza. Não tem como, é coisa de mulher. Não dá pra imaginar um homem fazendo isso bem. Por mais que exista homem esforçado, acho que ele nunca vai dar conta de fazer igual a mulher. A gente que é mulher, faz duas ou três quatro coisas ao mesmo tempo: põe a panela no fogo, vai ali tirar roupa do arame, limpa alguma coisa ali, e o homem não consegue de jeito nenhum. Por isso que eu falo, que esse serviço é da mulher mesmo. O homem pode até ajudar, mas não tem jogo de cintura. É um trabalho feminino mesmo (ROSENILDE, trabalhadora doméstica, 35 anos, parda).

CONCLUSÃO

A vinculação do serviço doméstico à servidão, corrente nas representações sociais, decorre principalmente da permanência da ligação, no imaginário social, dessa atividade à sua execução no contexto da sociedade escravocrata e patriarcal do passado, que mobiliza uma noção de “servir” como uma inclinação natural de mulheres, negros e pobres. Essa vinculação gera uma identidade pessoal perpassada pela auto-estima negativa e uma identidade profissional desprovida de reconhecimento, marcada pela baixa escolarização, baixos

rendimentos, impossibilidade de ascensão social e a quase ausência de possibilidades concretas de articulação de uma consciência política coletiva, situação que conduz ao desempoderamento e à subalternização dessa categoria profissional, marcada pela desigualdade de gênero, de raça e de classe.

As transformações na inserção da mulher no mercado, apesar dos avanços e conquistas do ponto de vista da liberdade, da autonomia e do reconhecimento de direitos, não parecem ter causado impactos significativos no serviço doméstico. A própria transformação do mercado de trabalho decorrente da reestruturação produtiva, marcada pelo crescimento do setor de serviços, não impactou de forma positiva no serviço doméstico, visto que a valorização recaiu apenas nos serviços técnicos e profissionais ligados à informação e à tecnologia. Os serviços de baixa qualificação, como o serviço doméstico, mantém sua importância para a reprodução da sociedade, mas permanece desvalorizado diante dos deslocamentos – e não transformações – das fronteiras da desigualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. *Inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?* (Tese de Doutorado) São Paulo: USP, 2007.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 2003.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos*. (Tese de doutorado), Brasília, UnB, 2007.

BRAH, Avtar. *Cartographies of diáspora: contesting identities*. London, Routledge, 1996.

BROWNIG, Harley L., SINGELMANN, Joachim. The transformation of the US Labour Force: the interaction of industry and occupation. *Politics and Society*, Springfield, n. 8 (3-4), p. 481-509, 1978.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria R. *A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo*. Cadernos de Pesquisa, nº 110, julho/ 2000, p. 67-104.

DUBAR, Claude. *A Socialização: a construção de identidades sociais e profissionais*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

FRAISSE, Geneviève. Domesticidade, empregos de serviço e democracia. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret. *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo, Editora SENAC, 2003, p. 179-182.

GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 2005.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC, 1988.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro, Vozes, 2007, p. 103-133.

HITARA, Helena. A divisão do trabalho revisitada. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret. *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo, Editora Senac, 2003.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003.

IBGE. *Síntese dos indicadores sociais*. Brasília, 2008.

KON, Anita. Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 19, n.2 (74), p. 64-83, 1999.

MARUANI, Margaret. Introdução. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret. *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo, Editora Senac, 2003.

MORAIS, Leandro Pereira. 2006. *Mercado de trabalho e os serviços pessoais no Brasil contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Economia). Unicamp/IE, Campinas.

NUNES, Jordão Horta. Trabalho e identidade em ocupações subalternas. **XI Encontro da Associação Brasileira de Estudos sobre o Trabalho**. Unicamp, Campinas São Paulo, 2009.

PED – (Pesquisa de Emprego e Desemprego). *As características do trabalho doméstico remunerado nos mercados de trabalho metropolitanos*. Brasília, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro, Vozes, 2007, p. 73-102.

STRAUSS, Anselm. *Espelhos e Máscaras: a busca de identidade*. São Paulo, EdUSP, 1999, p.11-134.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro, Vozes, 2007, p.7-72.